CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 0415/78

PROC. SE N° 6736/79

REAUTUADO EM 06/02/80

INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E ASSOCIAÇÃO PROTETORA DE MENORES, DE SANTOS.

ASSUNTO: Convênio

RELATOR: Conselheiro João B. Salles da Silva

PARECER CEE N° 0535/80 - C.P. - Aprov. em 02/04/80

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO

1.1 - Em 15/12/79, a Associação Protetora de Menores, de Santos, em ofício encaminhado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação, remeteu a previsão de verba orçamentária para o exercício de 1980, com base na aplicação de 1979, relativa ao Projeto de Pré-Profissionalização. Os recursos requeridos importavam em Cr\$ 452.822,82 (quatrocentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e vinte e dois cruzeiros e oitenta e dois centavos) e destinavam-se ao atendimento das despesas relacionadas com a contratação de pessoal docente e respectivos encargos sociais.

1.2 - No exercício de 1979, a Secretaria de Estado de Educação propôs e este Conselho aprovou- "tempo aditivo" ao convênio celebrado em 15/9/78, concedendo-se, no ano em apreço, uma subvenção de Cr\$ 273.000,00 (duzentos e setenta e três mil cruzeiros).

1.3 - A previsão enviada pela Associação à Secretaria, fundamenta-se no que dispõe a Cláusula Terceira, § 1º, do Convênio firmado em 1978: "Para os futuros exercícios a Secretaria de Estado da Educação deveria prever recursos dentro das possibilidades orçamentárias e com base em Plano de Aplicação enviado em tempo hábil pela Administração da Cidade da Criança", medida essa tomada pela entidade interessada em 15/12/79.

1.4 - Essa previsão de novos recursos pela Secretaria vigorará até o término do Convênio em 1983.

1.5 - A Equipe Técnica da ATPCE esclareceu na informação nº 035/80: "Face à superior orientação do Sr. Secretário de Estado da Educação, de que os convênios para a manutenção do ensino técnico continuarão a merecer subvenção desta Pasta, temos a esclarecer que:

a) no exercício de 1980 os recursos financeiros destinados à instituição interessada deverão se restringir ao valor de Cr\$ 273.000,00 (duzentos e setenta e três mil cruzeiros);

b) como as previsões e alocações de recursos já estão projetadas para 1980, não há, no momento, nenhuma possibilidade de se pleitear aumentos de cooperação financeira superior ao valor acima referido;

c) as ampliações de cursos, do número de classes, bem como do quadro de pessoal, em vista da presente contenção de recursos, ficarão, conseqüentemente, prejudicados. Propõe referida Equipe que se lavre Termo de Aditamento ao Acordo já existente e que se encaminhe a Informação nº 035/80 ao GPS (Grupo de Planejamento Setorial) para a competente análise. O Sr. Dirigente da ATPCE acolheu a sugestão e o assunto foi deferido ao GPS.

1.6 - O Grupo de Planejamento Setorial se manifestou favorável à concessão de subvenção, esclarecendo que a Associação deverá aplicar a importância de Cr\$ 273.000,00 (duzentos e setenta e três mil cruzeiros) na seguinte conformidade:

Salários	Cr\$ 217.166,00
Obrig. Sociais	Cr\$ 55.834,00

Classificou a despesa no item econômico 3.1.3.2.5-0 - Outros Serviços e Encargos Custeados com Receita Própria, da Categoria Funcional - Programática 08.07.020.2.001 - Administração Geral da Pasta, sob a responsabilidade da Unidade de Despesa 08.01.01 - Gabinete do Secretário.

1.7 - A Equipe Técnica da ATPCE elaborou minuta de Termo Aditivo que, aprovada pelo Sr. Dirigente do órgão foi submetida à aprovação do Sr. Secretário de Estado da Educação. S.Exa. acolheu o parecer da ATPCE e encaminhou o assunto em tela a este Conselho.

2. APRECIÇÃO

2.1 - No Parecer CEE nº 1190/79, por nos relatado, e aprovado pelo Pleno em 10/10/79, informamos que "...A celebração do Convênio de cooperação

interadministrativa se justifica, pois a Associação Protetora de Menores, de Santos, instituição benemérita, de utilidade pública, assiste menores abandonados ou encaminhados por outras entidades, oferecendo-lhes, em regime de internato e semi-internato, estudos em nível do ensino de 1º grau, na faixa etária de 11 a 17 anos, e formação profissional (pré-profissionalização) nas áreas da marcenaria, carpintaria, sapataria, tornearia mecânica, eletricidade, corte e costura e auxiliar de escritório".

2.2 - Assim, propomos a este Conselho a aprovação da minuta de Termo Aditivo, lastimando que motivos de contenção de despesas levem a Secretaria de Estado da Educação a manter, para 1980, a mesma subvenção de 1978, em que pesem os aumentos de gastos causados pela inflação.

2.3 - O Segundo Termo de Aditamento ao Convênio, celebrado em 15/9/78, consta das seguintes cláusulas:

2.3.1 - "CLÁUSULA PRIMEIRA:- A importância correspondente à subvenção prevista a cargo da Secretaria de Estado da Educação, para o exercício de 1980, e de Cr\$ 273.000,00 (duzentos e setenta e três mil cruzeiros) correndo a despesa por conta da rubrica 3.1.3.2.5.0 - Unidade de Despesa 08.01.01 - Gabinete do Secretário.

PARÁGRAFO ÚNICO - No caso de aplicação indevida da verba consignada pela Secretaria de Estado da Educação, será exigida a sua devolução nos termos da legislação em vigor."

2.3.2 - "CLÁUSULA SEGUNDA:- Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no aludido Convênio e Termo Aditivo nº 1.

E, assim, por estarem justos e convencionados, observados os requisitos de ordem legal, firmam o presente em 05 (cinco) vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas."

II - CONCLUSÃO

Aprova-se a minuta do Segundo Termo Aditivo ao Convênio celebrado em 15 de setembro de 1978, entre o Governo do Estado de São Paulo, através da Secre-

taria de estado da Educação e a Associação Protetora de Menores de Santos, mantenedora da Cidade da Criança de Solemar, Praia Grande, com o objetivo de desenvolvimento do ensino de 1º grau, tendo em vista a execução do Projeto de Pré-Profissionalização.

São Paulo, 12 de março de 1980

João Baptista Salles da Silva
R E L A T O R

I I I - DECISÃO DA COMISSÃO

A COMISSÃO DE PLANEJAMENTO adota como seu Parecer o Voto do nobre Conselheiro Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: João Baptista Salles da Silva, Maria Aparecida Tamaso Garcia e Roberto Moreira.

Sala das Comissões em 19 de março de 1980

a) Consfº. João Baptista Salles da Silva

Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Comissão de Planejamento, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 02 de abril de 1980

a) Consa. MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR

Presidente